

ANÁLISE CONJUNTURAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO À MULHER E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA.

Msc. Valnêda Cássia Santos Carneiro

RESUMO: Este artigo tem como temática analisar conjuntamente a previsão legal dos Juizados Especiais de Proteção à Mulher enquanto mecanismo de ampliação do acesso à Justiça à população. A análise feita fora, por essência, panorâmica. Parte das noções básicas da democracia para a Ciência Política, perpassando pelas funções do Estado e do Poder Judiciário, para, ao final, apontar suas evoluções, com a criação dos Juizados Especiais Cíveis, pela Lei n. 9.099/95 e dos atuais Juizados Especiais de Proteção à Mulher, pela Lei n. 11.340/06. Conclui-se que o Estado Brasileiro tem evoluído no quesito democratização do acesso à Justiça, mas ainda se percebe que esta missão é alcançada numa associação a clamores públicos, devendo o Governo assumir o papel de implementar, progressivamente, novas políticas para garantir, não somente o acesso ao Judiciário, mas a efetividade de suas medidas.